

CESAR GONZALEZ BARRA

**A CRÍTICA NACIONALISTA DE LIST AO ESTADO DE IDEAIS LIBERAIS DE
SMITH NO PROCESSO DE LIBERALISMO ECONÔMICO**

**Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Economia no Curso de
Ciências Econômicas, Setor de
Ciências Sociais aplicadas da
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Igor Zanoni Constant
Carneiro Leão**

**CURITIBA
2007**

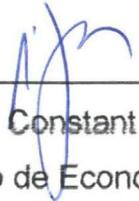
TERMO DE APROVAÇÃO

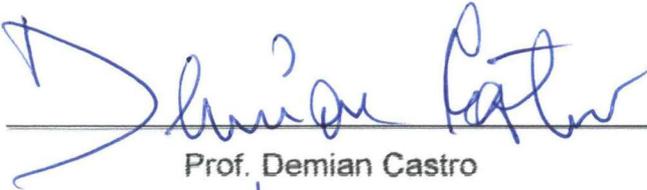
CESAR GONZALEZ BARRA

**A CRÍTICA NACIONALISTA DE LIST AO ESTADO DE IDEIAS LIBERAIS DE SMITH
NO PROCESSO DE LIBERALISMO ECONÔMICO**

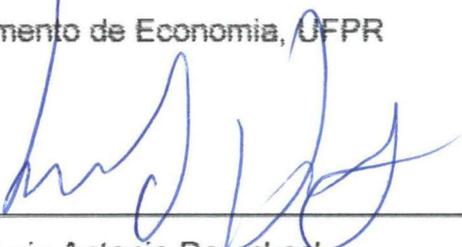
Monografia aprovada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, pela comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

ORIENTADOR: _____


Prof. Igor Zanon Constant Carneiro Leão
Departamento de Economia, UFPR


Prof. Demian Castro

Departamento de Economia, UFPR


Prof. Luiz Antonio Domakosky

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 21 de novembro de 2007

SUMÁRIO

RESUMO.....	iv
INTRODUÇÃO.....	1
2 O ALCANCE DA CIÊNCIA E IDEOLOGIA.....	2
3 O CONTEXTO HISTÓRICO-ECONÔMICO DA INGLATERRA E AS PROPOSIÇÕES DE ADAM SMITH.....	8
4 GEORG FRIEDRICH LIST, O CONTEXTO HISTÓRICO-ECONÔMICO DA ALEMANHA E SUA CRÍTICA AO LIBERALISMO DE SMITH.....	21
5 CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	35

RESUMO

A presente monografia volta-se a investigação de um aspecto do processo de liberalismo econômico que enfatiza a discussão entre ciência e ideologia diante da crítica de List à Smith e seus respectivos pontos de vista relação ao papel do Estado no mercado, sua interferência nas políticas, na construção e desenvolvimento da sociedade, suas relações com o resto do mundo e as implicações decorrentes da defesa de suas proposições.

INTRODUÇÃO

A abordagem do processo de liberalismo econômico, propondo um viés dentre ideologia e ciência, a despeito de ser uma discussão conhecida, revela certa atualidade, obtida por meio do contraste entre o pensamento de Adam Smith e sua obra “A Riqueza das Nações” e Georg Friedrich List e o “Sistema Nacional de Economia Política”.

Para tanto, lança mão da utilização dos conceitos de ideologia e ciência na investigação da crítica de List a Smith, para verificar até que ponto a teoria de Smith poderia ser científica e até que ponto ideológica. Busca-se explicitar as influências, contribuições e efeitos gerados em suas respectivas épocas, econômica e socialmente, diante da exploração do processo de liberalismo econômico.

As percepções das funções do governo no desenvolvimento econômico e da sociedade, caracterizando os acontecimentos como fenômenos históricos determinados, ocorridos no tempo e espaço e passíveis de motivações políticas, governamentais e de mercado.

O objetivo a que se presta esse trabalho é mostrar como o processo de liberalismo econômico da Inglaterra pôde obter maiores e melhores vantagens em relação aos outros países e se as proposições de Smith encerravam em si verdades ou discursos ideológicos.

Assim, apresenta-se primeiramente a exposição do alcance da ciência e da ideologia na sociedade, sua distinção, extensão e atuação seguida do contexto histórico e econômico da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, a transição do mercantilismo, a influência da Reforma e da Revolução Industrial e as proposições de Adam Smith no que concerne ao livre comércio e a liberdade individual do homem. Na seqüência aborda-se o contexto histórico e econômico da Alemanha, a crítica de List à escola clássica, os principais pontos de sua crítica. Por fim a conclusão que ressalta os aspectos relevantes da discussão, sua contribuição e seu mérito.

1. O ALCANCE DA CIÊNCIA E IDEOLOGIA

O presente capítulo procura apresentar uma proposta para que se delimite o tema do trabalho e justifique-se a linha de raciocínio a ser seguida, os campos de atuação da ciência e da ideologia que, apesar de estarem bem definidos, podem algumas vezes permear-se e até confundir-se.

Expõem-se alguns dos elementos destes conceitos de forma a demarcar o alcance e abonar o mote ao qual se refere este estudo, qual seja, buscar um confronto entre ciência e ideologia diante das teorias expostas.

Nesse sentido, procura-se relacionar, dentro da abordagem utilizada quais os limites entre a Ciência e a Ideologia, no que tange as idéias de dois importantes teóricos do tema proposto, especificamente entre Adam Smith e Georg Friedrich List e suas visões sobre o processo do Liberalismo Econômico e suas implicações na coletividade, como segue:

A corrente liberal foi inspirada pelos trabalhos dos economistas clássicos ingleses, do século XIX, Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus. Alguns aspectos destes trabalhos seriam retomados por correntes como os neoclássicos (ou 'marginalistas') e pelos ditos 'neoliberais', que deixaram de lado a análise social e a teoria do valor desenvolvida pelos clássicos. 'Apoiada sobre considerações psicológicas, sobre o comportamento de agentes individuais (a luta de classes antagônicas não existindo), o liberalismo prega o livre jogo da lei de mercado (apresentada como 'lei natural'), única capaz de regular a economia'. (SIZE, 1997, p.18)

Parte-se do princípio de que o homem é um ser social que convive em sociedade e por meio de grupos, as tarefas são divididas e cada vez mais especializadas, atingindo uma produtividade maior, gerando por sua vez o excedente econômico, que é a quantidade de bens que ultrapassa a quantidade necessária a sobrevivência dos trabalhadores que a produziram. (ARAÚJO, 1995, p.15)

Com a criação do excedente econômico depara-se com uma questão relevante de como este será distribuído entre os grupos, como justificar essa situação, já que algumas pessoas trabalham mais e mais duramente e outras somente se apropriam de parcela deste e com que direito?

Neste sentido, Spencer, baseado na teoria evolutiva e morai que chamou de lei da conduta e da conseqüência indica, segundo HUNT e SHERMAN (1989, p. 119):

A sobrevivência da espécie humana só seria assegurada, se a sociedade distribuisse seus benefícios em proporção aos méritos das pessoas, ou seja, conforme a capacidade de cada um se auto-sustentar. Toda a pessoa colheria os benefícios ou sofreria as conseqüências de seus próprios atos. Deste modo, prosperariam os que melhor se adaptassem ao ambiente, e os que não conseguissem se adaptar seriam eliminados – desde que as leis da conduta e da conseqüência fossem observadas. Se o governo toma “daquele que prosperar para dar àquele que não prosperou” – com a intenção de atenuar as desigualdades de riqueza e de renda – ‘está transgredindo os deveres que tem para com os primeiros e se excedendo nos deveres que tem para com os últimos’.

Em uma sociedade com tais características parte dos indivíduos produz e outra se apropria sem ter produzido nenhum excedente. Claramente pode-se perceber que existe uma justificativa entre seus membros, ou seja, uma concordância em que a parte dos indivíduos ligados diretamente a produção tenha que produzir para si e para a outra parte que nada produz.

A legitimação dessa organização social está então vinculada ao conceito de Ideologia, que é o conjunto de normas, valores, símbolos, idéias e práticas que procuram justificar as relações econômicas e sociais existentes no interior da sociedade. É a visão que a sociedade tem de si mesma, esta baseada em termos racionais, mas não se limita a isto, pois parte das práticas sociais são absorvidas pela sociedade se tornando co-extensivas a ela. (ARAÚJO, 1995, p. 15-16).

Em uma apreciação mais geral, uma ideologia constitui ou implica uma posição filosófica, no contexto atual a ideologia seria uma filosofia social, desde que a isto se dê um significado excessivamente formai ou metodológico.

A Ideologia então é uma estrutura de pensamento ligada geralmente ao grupo dominante voltado para a preservação de seus interesses, não que seja uma trama para dominar a sociedade, mas acontece como um fenômeno social espontâneo e não como uma conspiração.

Assim para ARAÚJO (1995, p. 16), a ideologia desempenha dois papéis fundamentais na sociedade: mantém a coesão social e funciona como uma espécie de sistema de dominação.

Comparando-se ideologia a ciência, ambas apoiadas em argumentos lógicos de forma racional, nota-se que a ciência encaminha-se para a busca da verdade por meio de leis objetivas estabelecidas cientificamente através de métodos e técnicas.

A ideologia encontra-se no universo dos valores, que permeiam as várias sociedades bem como seus grupos de interesses, seus valores dominantes, e esses não são neutros. Logo, a ideologia pode se apresentar como ciência quando na realidade está defendendo seus interesses e não a verdade, representando assim um perigo.

List observa que a ciência e a ideologia, se não fossem discernidas em seus campos de atuação, poderiam em alguns casos gerar uma interpretação errônea da realidade. Assim expõe em relação à teoria de Smith:

Contudo, não parece ser o plano da natureza que as ciências completas já saiam em seu estado perfeito do cérebro de pensadores individuais. É evidente que Smith estava excessivamente possuído da idéia cosmopolítica dos fisiocratas, da 'liberdade universal de comércio' e de sua própria descoberta, a 'divisão do trabalho', para seguir melhor a idéia da importância das forças produtivas para uma nação. Por maiores que sejam os méritos científicos que lhe devemos atribuir no tocante às outras partes de sua obra, a idéia da 'divisão do trabalho' pareceu-lhe ser sua idéia mais brilhante. Calculava que esta idéia garantiria um nome para seu livro e fama póstuma para sua pessoa. (LIST 1986 p. 98)

Os limites entre ciência e ideologia não são claros, já que a ideologia está ligada a valores, por meio de um sistema de idéias que se transforma num sistema de crenças e passa a dominar o comportamento dos grupos que compõem a sociedade.

No entanto, o conhecimento científico é o conhecimento provado, ou seja, através da observação e experimentação, daquilo que é visto sentido, tocado, ou melhor, do que é objetivo, é ciência. A este respeito LIST (1986; p. 9) alerta:

Se quisermos permanecer fiéis às leis da lógica e da natureza das coisas, devemos distinguir a economia dos indivíduos da economia das sociedades, e diferenciar, quanto a esta última, entre a verdadeira Economia Política ou nacional (a qual emanando do conceito e da natureza da nação, ensina de que maneira determinada nação, na atual situação do mundo e nas suas próprias relações nacionais específicas, pode manter e melhorar suas condições econômicas) e a economia cosmopolítica, que se origina da suposição de que todas as nações da terra formam uma única sociedade que vive em perpétuo estado de paz.

Na economia, muitos pensadores e seguidores de filósofos sociais apenas limitavam-se em adequar a experiência a conhecimentos anteriores ou a fatos pré-existentes, inspirados pelo racionalismo e mecanicismo do Iluminismo, sendo então mais ideológicos.

Para os racionalistas é fácil distinguir ciência da não-ciência, para eles, são científicas apenas as teorias claramente avaliadas e que sobrevivem ao teste.

A ciência prospera se um programa de pesquisa for melhor que o rival, sendo mais progressivo de acordo com o grau de coerência e a extensão a que este programa tenha obtido sucesso em todas as etapas.

O caráter paradoxal da ideologia pode levar os indivíduos ao mesmo tempo à possibilidade de interpretação do real e de uma limitação ideológica, visto que, esses códigos podem mudar fatos e situações, sedimentadas pelas esquematizações das quais se lança mão.

“A economia não fica imune à ideologia, mesmo que a ideologia oponha-se à ciência, em certo sentido ela é anti-ciência, mas a própria ciência pode ter função ideológica quando se torna instrumento de dominação nas mãos de determinados grupos”. (ARAÚJO, 1995, p.18).

A ideologia desempenha papel importante na sociedade, manifestando-se nos sistemas de práticas e símbolos sociais utilizados como forma de defender interesses parciais dentro desta sociedade, sendo que para ARAÚJO (1995, p.19) a definição de ideologia “é a de qualquer estrutura de pensamento ligada ao grupo dominante”.

Uma das funções da ideologia na sociedade é mantê-la unida através de um conjunto de idéias que se infiltram nas camadas passando a governar o comportamento dos grupos que compõem a mesma.

Desta forma para CHALMERS (1993, p. 161) o objetivismo de Karl Marx está evidente em seu conhecido comentário: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, seu ser social é que determina a sua consciência”. Elucidando que:

Do ponto de vista materialista os indivíduos nascem em alguma parte de uma estrutura social preexistente que não escolhem e sua consciência formada por aquilo que eles fazem e experimentam naquela estrutura. Embora os indivíduos possam vir a ter alguma compreensão da natureza da estrutura social em que vivem, haverá sempre uma

'separação entre a estrutura e a operação da sociedade e seus reflexos distorcidos nas mentes individuais'.

A partir desta perspectiva CHAUI (1980) designa as relações sociais como fatos que se sucedem no tempo criando através de homens, determinadas condições que criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural. Nesse sentido, as relações sociais são agente e ação intrinsecamente ligados e dependentes um do outro segundo argumenta CHAUI (1980, p.20):

A história é o real e o real é o movimento incessante pelo qual os homens em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua, etc.). Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas, enfim, também é um aspecto fundamental da existência histórica dos homens pela qual podem ou reproduzir as relações sociais existentes, ou transformá-las, seja de maneira radical (quando fazem uma revolução), seja de maneira parcial (quando fazem reformas).

No período inicial do mercantilismo que, não tinha ainda passado por uma mudança de atitudes sociais a ética cristã paternalista defendia a ajuda aos menos favorecidos, enxergava a pobreza como um desígnio divino, com o fortalecimento do capitalismo esse comportamento altera-se, e mais tarde, essas atitudes perdoariam e justificariam uma incessante busca do lucro como um fim em si mesma, segundo HUNT e SHERMAN (1989, p.46) esclarece que:

No início do período mercantilista havia uma continuidade ideológica entre as defesas intelectuais das políticas mercantilistas e as primeiras ideologias que defendiam a ordem econômica medieval. Esta confiava na ética cristã paternalista, que justificava extremas desigualdades de riqueza, com base no argumento de que Deus escolhera os ricos como guardiões benevolentes do bem-estar material das massas. A Igreja Católica tinha sido a instituição através da qual esse paternalismo tinha sido posto em prática. À medida que o capitalismo foi se desenvolvendo, a Igreja foi ficando mais fraca e os governos das nações-estado que iam surgindo foram ficando mais fortes.

O conceito de ideologia em Smith ampliou as fronteiras da ciência, iluminando e reformando a política comercial da Europa. Adam Smith foi um dos personagens influentes sendo chamado de economista clássico liberal.

O grande e principal propósito de suas especulações, segundo SMITH (2002, p. xiv) "é ilustrar como a natureza proveu os princípios do espírito humano, e as circunstâncias da situação exterior do homem, a fim de aumentar gradual e progressivamente os meios de riqueza nacional." Smith pesquisou em suas viagens aos países da Europa moderna o que de fato contribuiu para perturbar a ordem dessa natureza a qual estudara.

O processo histórico encerra em si diferentes ideologias, à medida que a sociedade evolui, carecendo certamente de um governo e de normas que possibilitem permanecer em equilíbrio, atingir desenvolvimento e conquistar a riqueza e a soberania.

A liberdade tão aspirada, naturalmente infiltra-se na coletividade cobrando seu preço, sem que se perceba o seu domínio e influência, pois assume a forma de ideal, que é aceito e incorporado pela sociedade. Para CHAUI (1988 p. 118-119):

"...a ideologia não tem história, afirmam Engels e Marx. isto não quer dizer que houve, há e haverá sempre só uma e mesma ideologia. Tanto assim que a própria ideologia burguesa, que é uma das formas históricas da ideologia, também não é sempre a mesma. No período da livre concorrência, que definia as relações econômicas e sociais pelas relações de contrato no mercado e pela liberdade de empresa, a ideologia burguesa assumira a forma do liberalismo, enquanto atualmente, com o fim da livre concorrência, com o advento do capitalismo monopolista de Estado ou dos oligopólios, a ideologia burguesa assume a forma da ideologia da Organização, do Planejamento, e da Administração."

A interferência do Estado na sociedade visa regular seu funcionamento, não que seja uma tendência, mas sim sua verdadeira função para garantir sua ordem e equilíbrio, apesar das ações de governantes que utilizam o Estado como instrumento de dominação de classes sociais por meio do uso de ideologias.

Assim a incorporação desses ideais permeia a história das sociedades e de seus membros sorratamente, atingindo seus propósitos projetados de exploração e domínio dos menos favorecidos sob a forma de artifício civilizador.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO-ECONÔMICO DA INGLATERRA E AS PROPOSIÇÕES DE ADAM SMITH

Este capítulo aborda alguns aspectos da vida de Adam Smith e sua perspectiva a respeito do individualismo, interesse próprio, não interferência de governos e Estado bem como a abrangência e os efeitos decorrentes da aceitação dessa nova visão de autonomia do ser humano.

Adam Smith nasceu em 1723, na pequena cidade escocesa Kirkcaldy de Fife, que abrigava apenas 1500 habitantes. Formou-se na Universidade de Glasgow, onde tarde foi professor de Lógica e Filosofia. Foi ainda, Smith que propôs a especialização dos operários com o objetivo de racionalizar a produção.

Além disto, sugeriu também, outros conceitos, entre eles, o de controle e de produção. Dizia que o administrador, para obter sucesso, deveria cultivar a “ordem, a economia e atenção”.

Adam Smith defendeu a divisão do trabalho como medida altamente vantajosa para a produção de riquezas, alegando que ela é a consequência necessária embora muito lenta e gradual, de certa tendência ou propensão da natureza humana a intercambiar, permutar ou trocar coisa pela outra:

O campo fornece à cidade os meios de subsistência e os materiais a serem manufaturados. A cidade restitui isso, devolvendo aos habitantes do campo parte da produção manufaturada. Pode-se afirmar com muita propriedade que a cidade, na qual não há e nem pode haver nenhuma reprodução de gêneros de subsistência, adquire toda a sua riqueza e subsistência do campo. Nem por isso devemos, porém, imaginar que ganhando a cidade o campo saia perdendo. Os ganhos dos dois são mútuos e recíprocos, sendo que a divisão de trabalho e de tarefas, nesse como em outros casos, traz vantagem para todas as ocupações em que se subdivide o trabalho. (SMITH, 1986 p.321)

Defendia que o cultivo do campo deveria ter prioridade sobre o crescimento da cidade, embora a cidade, às vezes, pudesse distar do campo do qual ela auferia sua subsistência e que a ordem natural das coisas seria, primeiro, a agricultura, depois as manufaturas e por fim, o comércio exterior.

Justificando por meio da análise do caráter natural do homem essa condição, como esclarece:

Essa ordem de coisas que a necessidade impõe de modo geral, ainda que nem sempre em um país específico, é reforçada em cada país pelas inclinações naturais do homem. Se as instituições humanas nunca tivessem interferido nessas inclinações naturais, jamais as

idades poderiam em qualquer parte ter crescido além da medida compatível com o aprimoramento e o cultivo do território ou do país do qual fazem parte: pelo menos, até quando todo aquele território estivesse completamente cultivado e aprimorado. (SMITH 1986, p.491)

Smith foi um profundo pesquisador da natureza humana, mais precisamente da história política da humanidade. Também estudou línguas, não somente como instrução variada do conhecimento, mas sim, estabelecendo elos entre os diferentes aspectos da história das línguas.

Como já descrito, mostrou-se uma habilidade superior de professor. Como orador conseguiu apreender a atenção de seus ouvintes, com a amplitude, fluência, simplicidade e variedade de suas explicações, aguardava o momento certo para defender a sua proposição originária ou verdade geral.

Depois da publicação da Teoria dos Sentimentos Morais, Adam Smith dirigiu sua atenção para uma explicação muito mais completa dos princípios da economia política; conseqüentemente, parou de lecionar, ampliando seus conhecimentos por meio de uma nova visão do mundo aliada aos estudos feitos na universidade como professor, capacitou-se a aperfeiçoar aquele sistema de economia política.

O método caracterizado pelo empirismo permitiu a Smith estudar por meio da observação os fatos, conjugados à sua experiência no campo da filosofia e formular suas proposições teóricas a respeito do funcionamento da economia.

Após a Revolução Gloriosa em 1688 o governo da Inglaterra foi submetido ao controle da pequena nobreza e à classe média dos capitalistas. O que levou a abandonar a visão medieval de mundo e da ética cristã paternalista, dando lugar nos cem anos seguintes a mudanças fundamentais nas formas e na filosofia de atuação do Estado na sociedade, que culminaria em 1776 com a obra de Adam Smith, "A Riqueza das Nações".

A obra econômica de Smith é fortemente impregnada pelas concepções filosóficas correntes na Inglaterra do período das luzes e pelo cenário econômico da época em que foi concebida que, passados mais de dois séculos de sua publicação, é impossível avaliar corretamente sua contribuição intelectual sem referência a essas influências.

Smith sofreu a influência marcante de seu mestre Hutcheson herdeiro da linha da filosofia protestante de Grofius e Pufendorf, da Filosofia do Direito Natural.

Esta filosofia definia o jusnaturalismo como uma teologia racionalista que afirma existir uma ordem natural e harmônica do universo, de origem divina, mas revelada pela razão, da qual se podem derivar princípios morais e de direito a partir da noção de que a ordem natural inclui normas éticas às quais a conduta individual e a legislação devem obedecer para o cumprimento da vontade divina. (SMITH, 1985 p. xvii)

A noção de ordem natural das coisas de Smith divergia e o afastava cada vez mais das formulações ortodoxas do jusnaturalismo, até o ponto em que as troca por uma metodologia empiricista, através da construção de sistemas obtidos por indução e observação empíricas, a partir dos quais a lógica dos fenômenos universais poderia ser causai ou racionalmente deduzida.

Na obra "A Riqueza das Nações", a finalidade era descobrir os princípios gerais de justiça e conveniência que deveriam nortear as instituições de legisladores, de maneira a estabelecer políticas e convenções capazes de permitir a liberdade de mercado, isto é, sem maiores interferências de governo.

Como o objeto de seu trabalho era o contraste entre o espírito da antiga e da moderna política argumenta que:

A maior finalidade da primeira era neutralizar o amor pelo dinheiro e o gosto pelo luxo por meio de instituições positivas, mantendo, no grande corpo político, hábitos de frugalidade¹ e severidade de costumes... Longe de considerar a pobreza vantajosa para o Estado, seu grande propósito é dar princípio a novas fontes de opulência nacional, e estimular as atividades de todas as classes do povo por intermédio de um gosto pelo conforto e comodidade da vida. (STEWART, 2002, p. LXI)

A nova filosofia então defendida por filósofos, economistas e pensadores seria a do individualismo, a qual sustentava a idéia de que o ser humano deveria ser independente, dirigir-se a si mesmo, ser autônomo, livre, isto é, deveria ser um indivíduo, uma unidade distinta de massa social, e não ficar perdido nela.

Para SMITH (1985, p.50) a justificativa que levaria o homem a buscar seu desenvolvimento individual compara-se:

No caso de quase todas as outras raças de animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural não tem necessidade de ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante de

¹ Qualidade de frugal, moderação; sobriedade.

ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa.

Era o interesse próprio que traria vantagens a todos, motivando a busca do que melhor aproovesse a suprir as necessidades dos homens, não sua boa vontade ou altruísmo. Segundo HUNT e SHERMAN (1989, p.46) essa nova visão:

Ao condenar a avareza, o comportamento aquisitivo e o desejo de acumular riquezas, a ética cristã paternalista rejeitava o que haveria de se tomar a motivação dominante do sistema capitalista. No final do século XVIII, quase todas as fases de produção haviam sido incorporadas à esfera da economia capitalista de mercado, que para funcionar com êxito, dependia do desejo de acumular riquezas em proveito próprio. Nesse contexto, começaram a surgir às novas teorias sobre comportamento humano, segundo as quais as motivações egoístas e interesseiras constituíam a razão de ser básica, senão única das ações realizadas pelos homens.

Tai visão levava em consideração a autopreservação intrínseca em todo ato humano, porém foi defendida por muitos escritores e filósofos eminentes da época, fazendo com que cada vez mais as pessoas falassem da liberdade natural do gênero humano.

Aliada a filosofia individualista estava a prática protestante, que surgiu com a Reforma, fomentando a liberdade não só em relação às restrições econômicas, mas também a liberdade da condenação religiosa, acabando por transformar em virtudes os motivos pessoais, egoístas e aquisitivos, o que era antes enxergado pela Igreja como desprezível.

Em justificativas como a cobrança de juros, procurava-se compensar os riscos para o indivíduo, decorrentes da aplicação do dinheiro, obtendo ganhos por seu uso, segundo SMITH (1985. p 303):

Em alguns países, a lei proibiu cobrar juros do dinheiro mas já que sempre se pode ganhar algo com o emprego do dinheiro, da mesma forma sempre se pagará algo pelo uso do mesmo. Essa proibição, portanto ao invés de impedir a usura, fez aumentar esse mal, como demonstra a experiência, pois obrigou o tomador a pagar não somente pelo uso do dinheiro, mas também pelo risco necessariamente assumido pelo credor ao aceitar uma compensação por esse uso.

A prática protestante sustentava as posições da Igreja Católica em relação a questões sociais, contudo a nova concepção religiosa ampliou a influência da

filosofia individualista, tendo em seus princípios fundamentais a consequência de santificação das práticas econômicas da burguesia, vaiendo-se de que os homens se justificariam não mais pelas obras e sim pela fé, ao contrário do que pregava a Igreja Católica.

A nova orientação para o comércio e as mudanças na agricultura com a perda do poderio dos grandes proprietários operaram uma revolução segundo SMITH (1985 p. 351):

Dessa maneira, uma revolução da maior importância para o bem-estar público foi levada a efeito por duas categorias de pessoas, que não tinham a menor intenção de servir ao público. A única motivação dos grandes proprietários era atender a mais infantil das vaidades. Por outra parte, os comerciantes e os artífices, embora muito menos ridículos, agiram puramente a serviço de seus próprios interesses, fiéis ao princípio do *mascate*, de com um *pêni* ganhar outro. Nem os proprietários nem os comerciantes e artífices conheceram ou previram a grande revolução que a insensatez dos primeiros e a operosidade dos segundos estavam gradualmente fermentando.

Essa influência não tardou a fazer o efeito esperado pelos protestantes, de que as pessoas passassem a se inclinar com maior afinco e dedicação ao trabalho, como forma de agradar a Deus e exercer da melhor forma sua missão na terra.

A extravagância e a dissipação desnecessárias praticadas pelos ricos e condenadas pelo cristianismo, deram lugar no protestantismo, ao ascetismo, à temperança e à frugalidade.

A valorização religiosa do trabalho eficiente, sistemático e constante como a forma mais fácil de assegurar a salvação e de glorificar a Deus tornou-se um dos agentes mais poderosos da expansão econômica, os lucros viriam a ser encarados como expressão da vontade de Deus, evidenciando sua generosidade e provando o sucesso na vocação escolhida por cada um. (HUNT e SHERMAN, 1989, p.49-50).

Os capitalistas lutavam para libertar-se das restrições econômicas e decisões do Estado, em sua busca pelo lucro, as concepções individualistas inspiraram protestos contra esta subordinação.

Os capitalistas tentavam pôr fim aos monopólios que beneficiavam um pequeno número de companhias de comércio, remanescentes da visão ética cristã paternalista do feudalismo, bem como outras formas de protecionismo e favoritismo que vigoravam na economia interna e opunham-se ao comércio exterior.

A acumulação de metais preciosos também caracterizou uma das reivindicações dos comerciantes pela luta por maior liberdade e menor intervenção do Estado na Inglaterra e nas nações europeias, segundo SMITH (1985 p. 360):

Quando esses países se transformaram em países comerciais, os comerciantes consideraram diversas vezes tais proibições extremamente inconvenientes. Eles, muitas vezes, tinham a possibilidade de comprar, mais vantajosamente com ouro e prata do que com qualquer outra mercadoria, as mercadorias estrangeiras que queriam, ou para importá-las a seu próprio país ou para transportá-la para alguma outra nação estrangeira. Por isso, os comerciantes protestavam contra tal proibição, como prejudicial ao comércio.

Assim, Smith faz referência às pesadas taxas aduaneiras e à determinação da proibição da exportação de metais preciosos que empobreceriam as nações pela evasão destes.

Afirmavam os comerciantes que, essa ética não era condizente com os novos rumos do capitalismo, criando um sistema sócio-político mais voltado para a busca livre e desinibida do lucro.

Diante do argumento de uma balança comercial favorável, as classes interessadas em aumentar seus lucros, dirigiam-se aos parlamentos e conselhos para convencê-los e produzir o efeito desejado, conforme a necessidade de maior ou menor intervenção. SMITH (1985 p. 362) observa nesse sentido que:

Qualquer que fosse o valor dos argumentos, o fato é que convenceram as pessoas às quais eram dirigidos. Os argumentos eram dirigidos por comerciantes aos parlamentos, aos conselhos de príncipes, aos nobres e aos aristocratas rurais; àqueles que supostamente entendiam de comércio e àqueles que tinham consciência de nada entender do assunto. Que o comércio exterior enriquece o país, a experiência o demonstrou aos nobres e aos aristocratas rurais, bem como aos comerciantes; mas como, ou de que maneira, ninguém o sabia com certeza.

Os comerciantes sabiam de que maneira o comércio exterior enriquecia a eles mesmos, como consequência de sua profissão, mas não como enriquecia o país, pois saber disso não fazia parte de seu ofício.

Argumentavam esses capitalistas segundo HUNT e SHERMAN (1989 p.54) que:

A busca do lucro só poderia ser eficaz numa sociedade baseada na proteção dos direitos de propriedade e na certeza do cumprimento dos compromissos contratuais impessoais entre os indivíduos. Neste quadro institucional, os capitalistas tinham que poder continuar buscando seus lucros livremente. A nova ideologia que se estava enraizando firmemente nos séculos XVII e XVIII justificava estes motivos e estas relações entre os indivíduos. Ao

mesmo tempo, uma mudança igualmente importante estava ocorrendo na maneira pela qual os ideólogos econômicos explicavam os preços, a natureza e as origens dos lucros.

Com a integração de produção a comércio a, a dificuldade cada vez maior de se obter lucro com a simples exploração das diferenças de preço, começou uma nova orientação para entender os preços e o lucro.

Os capitalistas sentindo-se coagidos pela intervenção estatal, trataram de adotar entusiasticamente as novas doutrinas individualistas, esta filosofia por sua vez acabou por conquistar o pensamento econômico, inclusive os próprios mercantilistas. Estavam então lançadas as bases do liberalismo clássico.

Por meio da gama de transformações ocorridas durante o processo de industrialização, a visão individualista vinculada ao liberalismo clássico tomou-se a corrente dominante do capitalismo.

Para Smith, o principal benefício do comércio exterior não era a importação de ouro e prata, mas sim a exportação de produtos excedentes que não têm demanda, e a importação de outros que têm.

Para SMITH (1985 p.372) o comércio exterior torna-se vantajoso de forma que "o comércio exterior valoriza as mercadorias supérfluas do país, trocando-as por alguma outra que pode atender a uma parte de suas necessidades e aumentar seus prazeres."

Os ideólogos do liberalismo baseavam-se e defendiam pressupostos sobre a natureza humana que caracterizavam pelo egoísmo do homem, por ser frio e calculista, e por ser inerte e atomista.

Como teóricos do hedonismo baseavam-se em Hobbes e Jeremy Bentham, para argumentar que as ações dos homens são motivadas pelo desejo de obter prazer e evitar a dor, além de serem defendidas também por pensadores como John Locke, Bernard Mandeville, David Hume, Abraham Tucker e Adam Smith.

Era atribuído ao intelecto humano um papel de grande relevância, pois as motivações advindas da dor e do prazer aos quais deveriam evitar ou buscar originam-se de uma avaliação fria, desapassionada e racional das situações as quais estariam dispostos a se sujeitar.

A razão era a tônica que ditaria a necessidade de se avaliar as opções de máximo prazer e mínima dor diante das alternativas das situações apresentadas ao indivíduo, delegando "a vertente calculista e intelectual da teoria psicológica do

liberalismo clássico: a ênfase que confere à avaliação racional dos prazeres e dores e, em contrapartida, o menosprezo pelo capricho, o instinto, o hábito, o costume e as convenções”. (HUNT e SHERMAN, 1989, p. 58). Ainda aponta que:

A visão de que os indivíduos são essencialmente inertes decorre da noção de que a busca do prazer e a rejeição da dor constituem as únicas motivações do homem. Se os homens não encontrassem atividades que lhes proporcionassem prazeres, ou se não temessem a dor, ficariam reduzidos à inércia, à imobilidade ou, em outras palavras, ficariam entregues à indolência. Todo tipo de esforço ou de trabalho era encarado como doloroso e, portanto, ninguém se dedicaria a ele se não interviesse a promessa de maior prazer ou de menos dor. A aversão, afirmou Bentham, é a emoção – a única emoção – que o trabalho, tomado isoladamente, é capaz de suscitar; o objeto de emoções como o amor ou o desejo é o ócio, o ócio que equivale à negação ou à ausência de trabalho. (HUNT e SHERMAN 1989, p. 58)

Assim a psicologia liberal enxergava os trabalhadores como preguiçosos e que só se dispunham a exercer alguma atividade visando não passar fome ou outras privações ou em troca de uma boa recompensa.

Essa visão contrastava com a da ética cristã paternalista que inspirou a Lei de Assistência aos Pobres em 1601 por Isabel, lei esta que em 1795 foi substituída pela garantia de subsistência mínima a todos.

O sistema de assistência aos pobres *Speenham/land* ao qual se rebelaram os ideólogos liberais visando à defesa de sua propriedade e engenhosidade, alegando que esses diligentes não poderiam viver às suas custas e sim trabalhar para sua sobrevivência.

Criou-se com isso um elitismo entre as classes que, era reforçado pela idéia de que homens de posição superior deveriam ter seu esforço reconhecido na forma de proteção à propriedade privada, esse elitismo estava implícito nas doutrinas individualistas tornando a proteção à propriedade um de seus principais argumentos ao liberalismo.

Surge daí a oposição entre o atomismo e uma psicologia de cunho mais social, na qual a primeira defende que o indivíduo constituía uma realidade mais fundamentai em detrimento do grupo ou a sociedade, rejeitando a idéia de família apregoada pela ética cristã paternalista, e rejeitando as restrições impostas aos indivíduos, considerando-as um mal somente tolerável se um mal maior resultasse ds sua ausência.

Defendiam que a sociedade somente existia porque é útil, pois não fosse sua utilidade cada indivíduo seguiria seu próprio caminho.

O que gerou uma aparente contradição, pois ao mesmo tempo em que defendiam o individualismo, consideravam a sociedade organizada importante para se atingir um desenvolvimento maior, com maior segurança e de vantagens econômicas pela distribuição do trabalho.

Os liberais afirmavam que o homem deveria se utilizar de seu egoísmo que era benéfico para gerar maior competição e rivalidade para a economia de mercado, beneficiando tanto os indivíduos quanto a sociedade como um todo através das relações daí resultantes. Como afirma SMITH (1985, p. 378):

Todo indivíduo empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. Todavia, a procura de sua própria vantagem individual natural, ou antes, quase necessariamente, leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta as maiores vantagens para a sociedade.

O pensamento de cunho mais social defendia que as características, hábitos, percepções da vida e a personalidade dos indivíduos eram consequência e reflexos das instituições sociais, quando não por elas determinados, das quais os indivíduos faziam parte denotando contrariedade ao princípio do individualismo.

Após o modo de produção capitalista ter se libertado dos resquícios do feudalismo e do mercantilismo, pôde revelar mais explicitamente suas características sócio-econômicas atreladas a Revolução Industrial, que ocorreu primeiro na Inglaterra e Escócia em torno das três últimas décadas do século XVIII e início do século XIX.

Para ilustrar este contexto de desenvolvimento da produção industrial baseada principalmente na indústria têxtil, siderúrgica e nas inovações tecnológicas destacam-se segundo HUNT e SHERMAN (1989, p. 60) as transformações neste país:

Entre 1700 e 1770, os mercados externos para os produtos ingleses cresceram muito mais rapidamente que os mercados internos ingleses. Entre 1700 e 1750, a produção das indústrias internas aumentou 7%, ao passo que a das indústrias de exportação aumentou 76%. Para o período de 1750 a 1770, os respectivos aumentos foram de 7% e 80%. Este rápido crescimento de procura externa de produtos industrializados ingleses desencadeou a Revolução Industrial, que acabou determinando uma das transformações mais fundamentais da História da vida humana.

Foi a Inglaterra que saiu na frente no processo da Revolução Industrial no século XVIII, pois tinha uma economia com um mercado bem desenvolvido e onde o preconceito tradicional contra o mercado capitalista, em termos de ideologia, já estava muito enfraquecido.

Apresentava maiores vantagens em relação aos outros países, normalmente menos desenvolvidos e atrasados, essas vantagens tanto naturais como reservas de minérios, quanto pelas inovações tecnológicas introduzidas através do liberalismo econômico possibilitaram um grande avanço e desenvolvimento econômico.

A abundância de mão-de-obra nas cidades inglesas no século XVIII, configurava-se aliada às reservas minerais, que eram a principal fonte de energia e matéria-prima utilizada no período, como quadro favorável a um rápido processo de desenvolvimento, financiado pelas reservas de capital da burguesia e pela taxa de poupança da época, suficientes para instalar fábricas, comprar insumos e maquinários e contratar a mão-de-obra disponível.

A indústria têxtil exerceu papel preponderante e de grande importância, no início da Revolução Industrial, através de imposições a proibição de importação de algodão da Índia, por parte do Governo pressionado pelos proprietários das indústrias de lã. Garantindo com isso, a proteção do mercado interno para os produtores ingleses e o aumento da procura externa que, por conseguinte, gerou estímulos à mecanização da indústria.

Essa mecanização era mais propriamente resultado da incongruência ou limitação entre os processos de fiação e tecelagem, passando da roda de fiar, ao tear manual, até chegar à lançadeira móvel, mas como as inovações tecnológicas tinham terreno fértil para se expandir, essa situação foi logo remediada, alavancando a indústria têxtil inglesa.

Na obra de Adam Smith "A Riqueza das Nações", o escocês procura analisar racionalmente os acontecimentos da época que validariam o processo de desenvolvimento dos países envolvidos neste processo de transição de uma economia atrasada para uma economia mais dinâmica.

Smith acreditava que todo indivíduo esforça-se continuamente para encontrar o emprego mais vantajoso para o capital, seja ele qual for, que estiver sob seu comando, ao passo que os indivíduos que não possuem capital estão sempre

procurando o emprego que lhes ofereça o maior retorno monetário possível pela sua força de trabalho.

Caso não estivessem organizados em uma sociedade seus interesses os levariam a investir seu capital onde esse fosse mais produtivo e gerasse mais retorno e, visando o lucro na produção de bens aos quais as pessoas estivessem mais dispostas a adquirir dadas as suas necessidades.

Negam assim os liberais, que leis determinassem o que deveria ser produzido, e defendem que os produtores deveriam disputar o dinheiro dos consumidores.

Dado que os produtores oferecessem melhores produtos, atrairiam mais consumidores e seu interesse próprio os levaria a aprimorar constantemente a qualidade de seus produtos, aumentando seus lucros e reduzindo seus custos.

Decorreria daí que a concorrência entre homens de ações egoístas seria benéfica para os que agissem em seu interesse próprio.

Neste contexto Smith foi o pioneiro a fazer a distinção entre os lucros que se destinavam ao capital industrial, salários, aluguéis e lucros do capital comercial. Por mais que não tivesse sido claro o suficiente para tratar cada um deles, sendo estanque e não decisiva a forma como tratou de fazer essa distinção.

Ainda elaborou uma teoria sociológica para explicar as relações de poder entre as classes mais importantes do capitalismo de sua época; os capitalistas, os proprietários de terras e os operários.

Para Adam Smith a tônica de sua teoria era o individualismo, benéfico a todas as sociedades, pois possibilitava o desenvolvimento mútuo tanto dos indivíduos quanto da sociedade.

O Estado não deveria intervir de nenhuma forma nas relações entre os indivíduos e nas relações de mercado, argumentando especificamente em relação aos metais preciosos que:

Com plena segurança achamos que a liberdade de comércio, sem que seja necessária nenhuma atenção especial por parte do governo, sempre nos garantirá o vinho de que temos necessidade; com a mesma segurança podemos estar certos de que o livre comércio sempre nos assegurará o ouro e a prata que tivermos condições de comprar ou empregar, seja para fazer circular as nossas mercadorias, seja para outras finalidades.
SMITH (1985 p. 363)

Smith pregava a ordem naturalmente regulada dos acontecimentos econômicos que permeavam a vida em sociedade, argumentando a não necessidade da atenção do governo voltar-se para os objetivos de suprir a falta ou excesso de mercadorias ou matérias primas.

No tocante as relações comerciais entre diferentes países Smith admitia que tornara-se princípio pacífico que a riqueza é obtida pelo comércio exterior. Defendendo que esse tipo de comércio não trazia nenhum dinheiro de fora, como também não gerava nenhuma exportação de ouro e prata.

Nestas condições, o país nunca poderia tornar-se mais rico ou mais pobre pela prática desse tipo de comércio, a não ser que o progresso ou a decadência deste pudesse influenciar indiretamente a condição do comércio externo.

Para Smith esta liberdade só traria benefícios a todos, se assim vigorasse. O ponto chave na teoria de Smith é segundo HUNT e SHERMAN (1989, p.64) que:

"... embora os indivíduos pudessem agir de forma egoísta e estritamente em proveito próprio ou da classe à qual pertencessem, e muito embora o conflito individual e o conflito de classes parecessem, à primeira vista, resultar desses atos, havia, nas 'leis da natureza' ou na 'divina providência', o que Smith chamava de 'mão invisível', que guiava estes atos, que aparentemente provocavam conflitos, de modo a haver mais harmonia. A 'mão invisível' não era fruto do desígnio de qualquer indivíduo. Era, simplesmente, o funcionamento sistemático de leis naturais. Esta é, inquestionavelmente, a maior incongruência – senão a maior contradição – da obra de Smith".

Desenvolve-se argumentação em defesa de duas noções fundamentais sustentadas por Adam Smith: a "mão invisível" da concorrência no mercado e a política econômica do *laissez faire*. "Procuram demonstrar que, numa economia de mercado competitivo, composta de inúmeros pequenos produtores e consumidores, estes, guiados pelo mercado, encontrariam sempre uma combinação ótima de mercadorias, fosse geral, fosse sua renda e riqueza original". (HUNT e SHERMAN, 1989, p. 116).

Assim pode-se perceber que para Adam Smith a liberdade individual e de mercado poderia agir por si própria condicionando e criando elementos para que os arranjos de mercado se dessem da melhor forma.

Ficaria a cargo do Estado oferecer segurança à propriedade e conseqüentemente beneficiando os detentores da propriedade e meios de

produção, já que, aos trabalhadores restava somente fornecer sua mão-de-obra em troca de sua subsistência.

Smith propunha que, a maneira como os seres humanos produziam e distribuíam as necessidades materiais da vida era o mais importante determinante das instituições sociais de qualquer sociedade, bem como das relações pessoais e de classe entre seus membros.

Analizou também quais circunstâncias poderiam distinguir uma parte da maioria de seus semelhantes em relação à subordinação instituída entre as pessoas e contextos sociais, pois reconhecia a luta de classes.

Defendia que as pessoas são conduzidas por uma “mão invisível” pela qual seria promovido o bem estar social entre elas naturalmente, sem intervenções da atuação de um Estado que poderia desviar o rumo da busca individual do melhor emprego do capital.

A adesão ao pensamento individualista certamente levou o comércio exterior a atingir maior desenvolvimento e riqueza, porém às nações menos favorecidas fez provocar desvantagens, devido ao retardo que enfrentavam, do qual só poderiam se desvencilhar se implantassem um sistema protecionista que as pudesse equiparar às nações mais desenvolvidas, para então praticarem a liberdade de comércio.

3. GEORG FRIEDRICH LIST, O CONTEXTO HISTÓRICO-ECONÔMICO DA ALEMANHA E SUA CRÍTICA AO LIBERALISMO DE SMITH

Este capítulo apresenta os argumentos do teórico nacionalista e fervoroso que foi List, em defesa de uma unidade nacional capaz de trazer o adiantamento, riqueza e soberania a um povo, por meio da ação de um Estado justo, munido de identidade nacional, interessado em prover condições aos seus membros de se desenvolverem com o país.

Georg Friedrich List, nasceu 15 dias depois da tomada da Bastilha e um ano antes da morte de Adam Smith, em uma Alemanha semi-feudal composta por um enorme conjunto de principados, ducados, cidades-livres e nações. Viveu entre 1789 e 1846.

List inicia sua vida profissional trabalhando no pequeno curtume do pai, mas imediatamente reage ao primitivismo do trabalho.

Pode-se dizer que suas idéias criaram problemas para o bom andamento da empresa, devido à agitação entre os irmãos e empregados; List logo deixa o trabalho e ingressa na burocracia governante de Württemberg, onde inicia uma longa carreira jornalística.

Desta forma, consegue ser amigo de reis, ministros e de presidentes, homem de negócios, panfletário e promotor de inovações tecnológicas.

Segundo BUARQUE (1986) o primeiro trabalho escrito de List, resultado de uma missão administrativa a seu cargo, foi um ensaio sobre autonomia “governo-local”, com uma proposta de liberar os camponeses do vale de Neckar, para que desenvolvessem livremente suas potencialidades econômicas.

O conteúdo do trabalho já incluiu a filosofia política econômica, considerando a nação como a unidade econômica central, tanto para as análises teóricas como para as formulações de políticas.

List demonstrava uma grande paixão intelectual, o que fez com que enfrentasse o que chamava de “cosmopolitismo” da escola prevalecte de Smith.

Uma de suas críticas era o ensino, no qual, segundo ele, “Ninguém em nossa Universidade tem qualquer conhecimento sobre a economia nacional. Ninguém ensina agricultura, engenharia florestal, mineração ou comércio”.

A respeito do ensino chamou atenção das autoridades educacionais que criaram uma cadeira relativa à administração pública, contratando Georg Friedrich List como seu primeiro professor.

Após iniciar neste trabalho, List, publicou um panfleto tendo como título “Teoria e Prática da Administração em Württemberg”, que serviria de base ao programa de seu curso, onde pela primeira vez, segundo BUARQUE (1986 p xi):

“... se defendia claramente a necessidade de um treinamento teórico específico para os burocratas. Para List, o qual reconhecia que foi seu trabalho de jornalismo e ensino, dessa época, que o levou a ter dúvidas sobre a validade universal do Livre-Comércio, a ter a primeira concepção da diferença entre a ‘economia cosmopolítica’ e a ‘política econômica nacional’, e, em consequência, a ter consciência de que o futuro econômico da Alemanha estava no estabelecimento de uma união aduaneira que eliminasse as tarifas internas entre seus vários estados e estabelecesse tarifas para o comércio com o resto do mundo.”

Através do jornal, List lança a então revolucionária idéia do *Zollverein* (união aduaneira nacional dos Estados alemães), que seria a base da formação econômica da futura nação alemã. Segundo BUARQUE (1986, p. s/nº.) descreve Georg Friedrich List como:

Economista alemão, pioneiro da chamada escola protecionista, List foi um dos primeiros estudiosos a defender uma associação aduaneira para os Estados alemães e a atacar a doutrina inglesa do livre comércio. Divergindo da teoria clássica de Adam Smith e Ricardo, considerava que a economia de um país em processo inicial de industrialização requer medidas de proteção tarifária. Os numerosos escritos de List sintetizam-se nas idéias contidas em seu único livro publicado, *Sistema Nacional da Economia Política (Das Nationale system der Politischen Ökonomie, 1841)*, no qual expõe seus conceitos. Autodidata e professor de economia Política em *Tübingen*, List também foi deputado pela dieta de Württemberg. Condenado por apontar os vícios da administração pública, teve que se refugiar nos Estados Unidos (1824), já como cidadão norte-americano. Nomeado cônsul em *Leipzig* (1834), passaria incompreendido e amargurado seus últimos anos de vida.

Desta forma pode-se observar que Georg Friedrich List era, sobretudo, um nacionalista que entendeu e lutou pela Nação como o meio de libertar o indivíduo e formar uma humanidade livre. Para Georg Friedrich List os acontecimentos políticos, sociais e culturais da época não poderiam estar baseados nas idéias dos pensadores clássicos, como consequência se opoia também sem nenhuma amarra as antigas teorias.

Tratava com liberdade, ousadia de pensamento e de imaginação, superando as limitações da teoria clássica que, segundo ele, “não conseguiu até agora operar

nenhuma reforma profunda nem conseguirá, jamais, enquanto continuar a contrariar a própria natureza das coisas”. Para Buarque (1986 p. vii):

“List foi daqueles que conseguiu levar ao maior nível possível as duas aventuras: de pensar e de agir. Sua vida e obra se integram em proposições revolucionárias na forma de entender e de agir na Economia; e uma ação constante em diferentes setores e países; até terminarem, ambas as aventuras, pelas próprias mãos de seu autor”.

Na obra de List, o “Sistema Nacional de Economia Política”, ele se mostra diferente dos demais economistas de sua época, especificamente em relação a Adam Smith, não crendo que o desenvolvimento de uma nação pudesse acontecer espontaneamente.

List tinha como objetivo determinar formas de induzir o processo de desenvolvimento que se verificava. Para List cada nação requer uma intervenção do setor público com o objetivo de proteger as indústrias nascentes contra a concorrência do exterior a partir de nações industrialmente avançadas.

Segundo BUARQUE (1986. P. xxiii) “List conseguiu ir mais longe criando um sistema coerente que transcende a grupos e ao tempo, incorporando toda a nação e sua perspectiva histórica”.

List não acreditou e lutou contra o individualismo camuflado de humanidade cosmopolita precoce, que esteve tão presente na teoria clássica de economistas que, ingênua ou corruptamente, estão a serviço das nações mais fortes contra aquelas mais pobres.

LIST (1986 p. 93) alerta para o fato de que a escola clássica desconsidera certos aspectos, tais como, o suposto estado de paz da humanidade; deduzindo daí os benefícios do livre comércio e assim confundindo os efeitos com as causas. Diante disso expõe:

“Como se vê, ao sistema da escola popular está subjacente um princípio verdadeiro. Todavia, um princípio que deve ser reconhecido e aplicado pela ciência, se for destinado a iluminar a prática, deve ser real; precisa ser uma idéia que a prática não pode ignorar, sob pena de se desviar; acontece que a escola deixou de levar em consideração a natureza das nacionalidades, seus interesses e condições específicos, e de harmonizar estes com a idéia de união universal e da paz perpétua. A escola cometeu o erro de considerar como já existente um estado de coisas que ainda está por vir”.

List nasceu numa Alemanha atrasada enquanto o mundo via a Inglaterra tomar-se a maior potência econômica da época.

Era um nacionalista fervoroso, e por isso entendia que a nação – sendo formada por sua própria língua, cultura, maneiras e sua própria história – deve vir em primeiro lugar, estando a ela subordinada o bem-estar dos indivíduos.

Entendia, ainda que, o cosmopolitismo, pregado pela Escola de Smith, só poderia ser verdade se o mundo não estivesse dividido em Nações e se o estado de paz fosse perpétuo, portanto não aceita o comércio internacional livre entre Nações em diferentes estágios de desenvolvimento.

Assim após a publicação da “Riqueza das Nações” por Adam Smith, surgiram várias críticas, sendo Georg Friedrich List um dos maiores críticos, com relação ao método e ao conteúdo do livro, principalmente no que se refere à filosofia individualista, ao materialismo exagerado e à desconsideração da concepção de Nação.

Para List defensor da idéia de nação, deveria existir uma diferenciação entre os conceitos de Economia Política e cosmopolítica. Caracterizando esta última como ciência que ensina como a humanidade inteira pode atingir a prosperidade, em oposição a Economia Política, ou seja, a ciência que limita seu ensinamento a investigar como determinada nação pode obter, nas condições vigentes do mundo, a prosperidade, a civilização e o poder, por meio da agricultura e do comércio.

LIST (1986 p. 89) observa em relação à contextualização da obra de Smith, e a sua proposição à idéia de um eterno estado de paz, que constitui o fundamento de seus argumentos observando que:

“... Smith trata sua doutrina de modo extenso, assumindo a tarefa de indicar o conceito cosmopolítico da liberdade absoluta de comércio do mundo inteiro, a despeito dos erros grosseiros cometidos pelos fisiocratas contra a própria natureza das coisas e contra a lógica. Adam Smith se preocupa tão pouco quanto Quesnay com a verdadeira Economia Política, isto é, como aquela política à qual cada nação individual tem que obedecer a fim de progredir em suas condições econômicas. Intitula sua obra A Natureza e as Causas da Riqueza das Nações (isto é, de todas as nações da humanidade inteira). Fala dos vários sistemas da Economia Política em uma parte específica de sua obra, apenas para demonstrar sua ineficácia e para provar que a Economia ‘Política’ ou nacional deve ser substituída pela ‘economia cosmopolítica ou mundial’”.

A obra que critica Adam Smith, Jean-Baptiste Say e David Ricardo foi chamada de “Sistema Nacional de Economia Política”, sendo publicada em 1841.

Esta obra questionou a idéia do *laissez faire* criada pela Escola de Adam Smith, o qual pregava a não interferência governamental nas relações entre os indivíduos, tomando estes como meros consumidores ou produtores de mercadorias e isentos de nacionalidade. List negou que o bem estar individual seria idêntico ao bem estar da Nação.

Propunha o estabelecimento de uma união aduaneira que eliminasse as tarifas entre os estados alemães e impusesse tarifas mais altas para produtos importados.

Advogava que o Estado deveria ajudar o desenvolvimento do comércio e da indústria, e quando a economia doméstica atingisse os mesmos níveis de desenvolvimento dos países adiantados, o comércio poderia tomar-se livre.

List passou por várias experiências em outros países, e quando viveu nos Estados Unidos, conheceu políticos que defendiam o uso temporário de tarifas protecionistas contra produtos europeus.

Os economistas de sua época defendiam a política liberal clássica do *laissez faire*, criando um abismo entre a teoria econômica e a realidade econômica, ignorando os problemas concretos e instituições econômicas existentes na prática.

Nesta acepção LIST (1986 p. 98) busca apontar as incongruências da teoria de Smith face à força produtiva em contraste com a divisão do trabalho, questionando de que forma o teórico definira suas proposições a este respeito interrogando o caso em que:

“Todavia, de nossa parte acreditamos poder demonstrar que precisamente este empenho de colocar a importante descoberta da *divisão do trabalho* em posição de destaque impediu a Adam Smith de seguir a idéia da força produtiva (que foi por ele expressa na introdução, e com freqüência também depois, embora sempre ocasionalmente) e de apresentar sua doutrina de uma forma muito mais perfeita. Pelo grande valor que atribuiu à idéia da *divisão do trabalho*, foi evidentemente induzido a conceber o próprio trabalho como o “fundo” de toda a riqueza das nações, embora ele mesmo perceba claramente e afirme que a produtividade do trabalho depende principalmente do grau de habilidade e de competência com o qual o trabalho é executado. Perguntamos: pode-se falar de raciocínio científico, quando alguém coloca como a causa de um fenômeno aquilo que em si mesmo é o resultado de uma série de causas mais profundas”?

List argumenta que no conjunto, Adam Smith pouco reconheceu a natureza dos fatores e forças, que não atribuiu um caráter produtivo ao trabalho intelectual daqueles que mantêm a lei e a ordem e cultivam e promovem a instrução a religião, a ciência e a arte.

List defendia os aspectos e condições necessárias para a sociedade em que o indivíduo foi educado, como sendo dependentes do estado das ciências, artes, leis e das instituições públicas, aspectos e condições que deveriam promover o caráter religioso, a moralidade e a inteligência, bem como, a prosperidade natural da agricultura, indústria e comércio harmoniosamente, assegurando o progresso das nações.

A crítica a Smith deve-se ao fato de considerar em suas pesquisas o que chama de divisão do trabalho, explicada exclusivamente pela troca, aumento de capital e extensão de mercados, afundando sua doutrina cada vez mais no materialismo, particularismo e individualismo.

Toma assim, por incoerências da escola clássica a não percepção da influência recíproca da riqueza material e do poder político na história de regiões, citando como exemplo Veneza, Liga Hanseática, Portugal, Holanda e a própria Inglaterra. Do mesmo modo, critica o fato de Smith colocar na mesma categoria o poderio manufatureiro e o agrícola e de falar de trabalho, forças naturais, capital, em termos gerais, sem considerar as diferenças entre um e outro.

O que era contestado pelos opositores, que não se podiam confundir unidades de fatores produtivos com pessoas (pelo menos, no que diz a respeito a terra, aos recursos naturais e ao capital).

Para List (apud. BUARQUE, 1986, p. VII e VIII) a força produtiva da riqueza era infinitamente mais importante que a própria riqueza, pois assegurava a posse e o aumento do que se ganhou, mas também a substituição daquilo que se perdeu. Para um sistema justo era necessário distribuir de forma eqüitativa a propriedade dos fatores de produção.

Apesar de ter sido um grande economista, agitador, jornalista e homem de negócios, sua obra continua sendo marginalizada nos livros de História do Pensamento Econômico. Fato grave quando se estuda a América Latina e outros países do Terceiro Mundo, cujas políticas com base em orientações da CEPAL, resultam diretamente, embora nem sempre identificadas, das formulações, dos trabalhos e do pensamento de List. (BUARQUE, 1986 p. VIII)

List constata que durante a guerra ocorrida em 1808, a economia americana cresceu, porém com o final da guerra os Estados Unidos voltaram a importar produtos manufaturados ingleses e a exportar matérias-primas, destruindo a indústria recém-nascida.

Com isto, LIST (1985 p. 95) identificou as maneiras que tomavam uma Nação mais forte, e percebeu que a Inglaterra era o país que mais se utilizava desses métodos para conseguir seus objetivos observando que:

Os ingleses, como nação independente e autônoma, haveriam, doravante, de adotar seu interesse nacional como única norma de sua política. O inglês, em razão da predileção pela sua língua, pelas suas leis, regulamentos e costumes, sempre que possível haveria de dedicar suas forças e seu capital para desenvolver sua própria indústria nacional, e para isso o sistema de livre comércio lhe ofereceria suficiente oportunidade, ampliando o mercado dos manufaturados ingleses para todos os países; certamente o inglês não simpatizaria prontamente com a idéia de estabelecer indústrias na França ou na Alemanha.

Argumenta List que para Inglaterra era preferível empregar seu excesso de capital em países onde já tivesse estabelecido sua língua, suas leis e seus regulamentos, países mais distantes, ao invés dos menos civilizados do continente, tornando-se uma imensa cidade industrial.

A Alemanha, em seu primórdio, tinha uma agricultura rudimentar. Com a Liga Hanseática² houve um grande aumento no comércio, mas tão logo a liga declinou, o mesmo aconteceu com o comércio alemão.

A falta de uma unidade nacional fez com que a Alemanha não atingisse um bom desempenho na manufatura. Mas, a partir da revogação do Édito de Nantes, muitos refugiados optaram por se instalar em todos os cantos da Alemanha trazendo para esse país, manufaturas de lã, seda, chapéus, vidro, jóias e porcelanas, sendo assim:

Reforçadas pelo poder da liberdade e da indústria florescente, porém expostas aos ataques de assaltantes e piratas de terra e mar, as cidades marítimas do norte da Alemanha sentiram bem cedo a necessidade de uma união mútua mais estreita, para sua proteção e defesa. Com esse objetivo, Hamburgo e Lübeck formaram uma liga em 1241, liga esta que, antes do término do século XIII, englobava todas as cidades de qualquer importância

² Liga formada em 1241, inicialmente por duas cidades Hamburgo e Lübeck, que ao final do século XIII englobava todas as cidades às margens do mar Báltico. Essa associação fez com que os cidadãos levassem uma vida em comum, dando origem a um espírito de progresso nas artes, na manufatura e no empreendedorismo, fazendo com que esse povo buscasse cultura e poder político.

localizadas nas costas do mar Báltico e nos mares do norte, ou às margens dos rios Oder, Elba, Weser e Reno (num total de 85 cidades). Essa confederação adotou o nome de 'Hansa', palavra que, no dialeto do baixo alemão, significa liga. (BUARQUE, 1986, p. 15).

Algumas medidas governamentais foram introduzidas no sentido de dar condições à ampliação do parque manufatureiro.

Mesmo com a Prússia sendo devastada pela Guerra dos 30 anos, este estado se sobressaiu pelas vantagens decorrentes da revogação do Édito de Nantes.

Neste período, sempre que se baixavam as tarifas alfandegárias, a Inglaterra conseguia introduzir suas manufaturas na Alemanha e o parque manufatureiro alemão regredia.

Com as leis alfandegárias da Prússia, instituídas em 1818, a manufatura prussiana conseguiu um desenvolvimento maior.

O objetivo a ser alcançado era acabar com as taxas alfandegárias entre os próprios estados germânicos. Foi criada em 1819 uma associação, que buscava esse sistema comum comercial e alfandegário para toda a Alemanha.

Portanto, com essa unificação aduaneira a indústria, o comércio e a agricultura dos estados alemães, integrantes dessa associação, já registravam enormes avanços.

Finalmente, em 1834 a Alemanha estabeleceu uma união alfandegária, foram construídas estradas, o isolamento estadual diminuiu e o país começou a crescer economicamente.

Os resultados práticos do trabalho de List foram muito produtivos, ele nunca deixou de lutar contra o individualismo e criticar a idéia de que uma nação possa crescer espontaneamente.

List critica mais uma das falhas da escola explicitando que:

A escola popular revela uma concepção absolutamente falsa da natureza das condições da economia nacional ao afirmar que tais nações podem promover sua civilização e sua prosperidade, e sobretudo seu progresso social, indiferentemente, com o mesmo grau de sucesso, tanto trocando seus produtos agrícolas por artigos manufaturados, como estabelecendo sua própria manufatura. " (LIST, 1985 p. 126)

Para List, a origem da grandeza industrial inglesa estava na criação de ovelhas e na manufatura de lã. Foi esta indústria que estimulou o surgimento das outras, como mineração de carvão, comércio costeiro e pesca, tendo, as duas

últimas, constituído a base para o poderio naval inglês, com as Leis de Navegação concretizando a supremacia naval inglesa.

Outro fator importante para o sucesso comercial inglês, foi o estímulo do Estado aos outros segmentos manufatureiros.

Geralmente o que se fazia na Inglaterra era proibir a importação das manufaturas e estimular a imigração de mão-de-obra qualificada para produzi-la dentro do país.

Até embarcações que eram encomendadas aos países nórdicos, passaram a ser construídas na Inglaterra, aumentando a mão-de-obra qualificada, que anteriormente já eram produzidas neste país.

Em face disso, a Inglaterra obteve benefícios. Inicialmente, obteve a expansão do comércio inglês com todos os reinos nórdicos, na Alemanha e Bélgica, onde predominava a exportação de manufaturas e importação de matéria-prima, sendo que até 1603 a Holanda dominava esse comércio.

Mesmo antes de a Holanda monopolizar a pesca do arenque e da baleia, a Inglaterra conseguiu aumentar sua produção. Ela também obteve benefícios com a expansão do comércio de contrabando com Espanha, Portugal e Índias Ocidentais.

Beneficiou-se também da conquista da mais importante colônia das Índias Ocidentais, a Jamaica em 1655 e, através desta abertura deu-se início ao comércio açucareiro das Índias Ocidentais.

E por fim, o benefício da conclusão do Tratado de *Methuen* em 1703, possibilitando a Inglaterra excluir tanto Holanda quanto a Alemanha do comércio com Portugal, fazendo com que Portugal ficasse em total dependência da Inglaterra.

O ouro que os ingleses ganharam no comércio com Portugal, fez com que a Inglaterra ampliasse seu comércio com a China e com as Índias e roubando da Holanda os principais postos de comércio.

Segundo List Portugal e Índia tornaram-se instrumento da Inglaterra na conquista de sua grandeza futura, como apontam:

As políticas adotadas pela Inglaterra, possibilitaram um poderio naval e por meio deste ampliou seu raio de atuação manufatureiro e comercial e por meio dessa ampliação aumentou seu poderio marítimo e suas possessões comerciais, Adam Smith ao sustentar que as Leis de Navegação não foram benéficas a Inglaterra do ponto de vista comercial, admitiu que, de qualquer forma essas leis geraram um aumento de poderio inglês. Ora o poder é mais importante que a riqueza (...) porque o poder nacional é uma força dinâmica

que abre a porta para novos recursos produtivos e porque as forças de produção constituem a árvore que cresce a riqueza. (LIST 1986, p.37).

Para ter uma idéia dos números alcançados pela Inglaterra na primeira metade do século XIX, o total da produção manufatureira estimado era de 59,5 milhões de libras esterlinas.

A supremacia inglesa tem uma forte relação com suas leis e com seu território. Referente às suas leis, porque possibilitaram muitos refugiados de outros países a se instalarem na Inglaterra e prosperarem, e quanto ao território, por ser uma ilha que sempre esteve alheia às guerras do continente, não era invadida e seu parque fabril nunca foi destruído.

Do contrário, foi o cenário geográfico que, segundo List, garantiu à Inglaterra alcançar esta supremacia e mantê-la por muito tempo.

A “mão invisível” para List, nada mais era, que uma maneira de explicar tudo que acontecia dado pelo egoísmo individualista daqueles que a seguiam.

Os intelectuais europeus influenciados por Adam Smith e por toda a visão dos filósofos sociais do século anterior, nos quais List observava a resignação e o conformismo com o funcionamento social, demonstravam essa visão.

Até mesmo os intelectuais de esquerda contestavam a “mão invisível”, mas por uma opção ideológica, a favor dos pobres que eram “roubados pela mão”.

Sendo que List não era totalmente contrário a esses pensamentos, apenas, em rebeldia, rebatia contra esse esquema teórico. Num trecho ilustra que:

“... aos governantes, a mão invisível oferecia o descanso. List diz claramente isso ao afirmar 'quem não sentiria o desejo e a capacidade de ser um grande estadista, se para isso outra coisa não se exigia senão cruzar os braços'. Os erros ficavam sob responsabilidade da rebeldia dos indivíduos contra a lógica universal. E para corrigi-los não se requeriam grandes esforços além de manter a ordem policial, enquanto a sociedade se reajustava aos desígnios da mão invisível.” (BUARQUE 1986, p. XXI).

List manteve vivo como objetivo o conceito de nação e entre estas só acreditava em nações grandes, onde o porte de mercado permitisse o desenvolvimento industrial, de uma infra-estrutura econômica e também militar.

Segundo BUARQUE (1986, p. xxii) “List não viu o mundo como um sistema sem evolução. Percebeu que os sistemas sociais evoluíram em suas estruturas e em suas características”.

O sistema proposto tinha como objetivo oferecer a possibilidade de harmonizar a teoria com a prática, tornando a Economia Política compreensível para qualquer pessoa, cuja inteligência até agora era confundida e desnorteada em razão dos termos bombásticos empregados, das contradições e da terminologia totalmente falsa, desafiando o bom senso da humanidade.

Segundo LIST (1986, p. 5), com relação à visão sobre seu livro revela: "Diria que a característica básica deste meu sistema reside na NACIONALIDADE. Toda a minha estrutura está baseada na natureza da nacionalidade, a qual é o interesse intermediário entre o individualismo e a humanidade inteira. Por algum tempo refleti se não deveria denominar meu sistema natural da Economia Política...".

Para List, o sistema defendido pela escola, padece de três falhas principais: o cosmopolitismo ilimitado, o qual não reconhece o princípio da nacionalidade nem leva em consideração e atendimento das exigências e interesses dessa nacionalidade.

Em segundo lugar, o materialismo mortal, que em toda parte considera o simples valor de troca das coisas, sem julgar os interesses intelectuais e políticos, e os interesses presentes e futuros e as forças produtivas da nação.

E em terceiro lugar, um particularismo e individualismo que conduz à desorganização e que, ignorando a natureza e o caráter do trabalho social e a operação da união das forças em suas conseqüências mais elevadas, considera a atividade privada somente como se desenvolveriam em um estado de livre intercâmbio com a sociedade, isto é, com a humanidade inteira, como se essa humanidade não estivesse dividida em nações diferentes.

As observações de List em relação à teoria da escola clássica de Smith procuravam explicitar, com argumentos justificáveis, os pontos falhos dessa teoria, levando sempre em consideração, a vertente dada para a construção destes pensamentos, que para ele pecavam por desprezar aspectos essenciais.

Incorria-se dessa forma, segundo o pensamento de List em tratar de ciência deixando-se levar por influências externas tendenciosas que se desviavam da busca do livre comércio benéfico a todos como propunha Smith.

4. CONCLUSÃO

Apresentam-se visões de dois estudiosos referentes ao Liberalismo Econômico e quais as conseqüências em tempo e espaços, onde são apresentadas características políticas, governamentais e econômicas de uma sociedade.

Devido a algumas definições usuais, pode-se observar que ciência e ideologia estão ligadas, pois a ciência por tratar de trazer a razão, ao óbvio, através de experimentação, pode ter sido originada de idéias pré-concebidas e até então não comprovadas.

O ser humano como participante da sociedade sofre a influência da ideologia relacionada aos hábitos, cultura e costumes do grupo ao qual está inserido.

Esta ideologia caracteriza-se como preceitos acordados para que o bem-estar da sociedade seja atingido, impostos e aceitos pelos homens, hierarquicamente organizados, conscientes do papel que desempenham para alcançar este bem-estar.

Pode-se dizer que as relações sociais e econômicas tendem a justificar a maneira pela qual os indivíduos se comportam numa sociedade. Desde que o individualismo torne-se uma ideologia acatada comumente pela sociedade, transforma-se num poderoso instrumento de manipulação, pois insere a satisfação do interesse próprio como um fim e não como um meio de produzir riqueza.

Como tratar então de ciência no que concerne à busca da identificação de um sistema de Economia Política, capaz de trazer o desenvolvimento de uma nação, sem esbarrar na ideologia do individualismo?

Considerando o indivíduo como parte essencial de um todo, mas que por si só, não pode operar milagres, pois precisa do fortalecimento da nação para que possam progredir juntos. Deve levar em conta sua cultura, riquezas naturais, posição geográfica e estágio de desenvolvimento.

A crítica de List a Smith refere-se à maneira como a escola clássica tratou de teorizar a riqueza de uma nação, com olhos para o individualismo e à busca do interesse próprio como características naturais, inerentes ao homem, desprezando que este precisa estar organizado e consciente de sua nacionalidade, por meio de um governo e de leis que estabeleçam a convivência entre seus semelhantes.

A não interferência de um governo em uma nação tende a fomentar um desequilíbrio que leva a ruína, em sociedades menos desenvolvidas maior é o efeito negativo provocado pela ausência de uma estrutura reguladora. Tão mais devastador é o efeito se o mundo inteiro for enxergado como uma só nação isenta de identidade, num perpétuo estado de paz, como supunha Smith.

List atenta para a idéia cosmopolítica da liberdade de comércio, como um artifício usado por Smith para que a Inglaterra viesse a obter cada vez maiores vantagens sobre outros países.

List reagiu a esta concepção, nacionalista que era, defendendo o desenvolvimento da nação como um todo, para que atingisse um alto estágio de riqueza extendendo por conseguinte os benefícios aos cidadãos.

Entendia que até que esse grau de desenvolvimento fosse atingido, deveriam sim existir barreiras protecionistas e restrições ao comércio, em defesa do fortalecimento da nação.

Assim, List não aceitava a idéia do livre comércio como a melhor forma de alcançar a riqueza e a soberania da nação, salvo à Inglaterra e seu sistema dominador e individualista, sob o disfarce de país bem intencionado com o resto do mundo.

Smith, para concluir suas teses baseava-se num vasto material, por meio da coleta e observação de dados empíricos determinava suas conclusões teóricas.

Na perspectiva de Smith, que mais parecia individualista dada pela obra "A Riqueza das Nações", o intuito era romper com a ética cristã paternalista, a qual execrava a avareza, o acúmulo de riquezas; o individualismo, por sua vez, fomentava a liberdade até mesmo na religiosidade e foi tão forte que mesmo os capitalistas e mercantilistas adotaram essa nova doutrina, sendo assim lançadas as bases do liberalismo clássico. O liberalismo baseava-se no egoísmo do homem, a fim de obter maior lucro e prosperidade.

A luta de classes também permeava as proposições de Smith que reconhecia a importância do conflito de classes entre capitalistas e trabalhadores. E qual que seria sempre a parte vencedora nestes conflitos? A dos capitalistas, visto que, suas fontes de poder como a riqueza, a capacidade de influenciar a opinião pública, e o controle do Governo sempre estariam relacionadas e agindo em benefício próprio dos capitalistas.

Com isto, é percebido que o princípio do livre comércio luta em condições desfavoráveis, contra as restrições impostas por lei dependendo do país, dadas a capacitação, estado da arte e os recursos naturais disponíveis.

Os Estados germânicos decidiram garantir seus mercados internos para sua própria indústria, adotando um sistema vigoroso e unido de política comercial.

Assim as restrições à liberdade de comércio não são tanto invenções de mentes meramente especulativas, mas antes, conseqüências naturais da diversidade de interesses e dos anseios das nações por independência ou ascendência ao poder.

Não se podem dispensar tais restrições antes que cessem os conflitos de interesses nacionais, ou seja, antes que todas as nações possam ser unidas sob o mesmo sistema legal. Assim, a verdadeira ciência política considera tal resultado do livre comércio universal como muito pouco natural.

A base da crítica à escola clássica e a Adam Smith refere-se à forma como foram lançados os pilares do liberalismo, sem levar em conta as diferenças pertinentes a cada nação e seu estágio de desenvolvimento.

Tomando a idéia de um estado de paz perpétuo que não se verificava, desta forma, ataca como se tratando de ideologia o fato de desconsiderar tão importantes características na concepção de um sistema de economia.

List analisa os aspectos de alegação do livre comércio de Smith como uma forma de adquirir maiores vantagens para a Inglaterra. Por meio da adoção destes ideais por países menos desenvolvidos, da apregoação das vantagens mútuas advindas da liberdade de comércio entre diferentes nações, argumentações difundidas por Smith, como sendo a melhor forma de alcançar a riqueza e o desenvolvimento.

Esta discussão apresenta um caráter recente, pertinente à realidade atual, haja vista, as diferentes aspirações tanto dos indivíduos, quanto das nações em relação ao que se espera dos governos e das liberdades individuais adquiridas, se assim podem ser chamadas, na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, com o objetivo de alcançar a prosperidade e a paz mundial.

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. R. V. **História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1995.

BUARQUE, Cristovam. **Sistema Nacional de Economia Política**. . In: LIST, Georg F.2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência, Afinal?** In: tradução de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 27ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DOBB, Maurice. **Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith**. Lisboa: Presença, 1973.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. In: tradução: José Ricardo Brandão Azevedo. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LIST, Georg F. **Sistema Nacional de Economia Política**. In: apresentação de Cristovam Buarque e tradução de Luiz Baraúna. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MEEK, Ronald L. **Economia e ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 10ª ed. Best Seller: São Paulo, 2002.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. In: tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SIZE, Pierre. **Dicionário da Globalização: a economia de "A" a "Z"**. In: tradução de Serge Goulart. Curitiba: IBERT, 1997.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 2ª ed. São Paulo: Abril S.A, 1985.

_____. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

STEWART, Dugald. **Teoria dos sentimentos morais**. Biografia crítica in: SMITH, Adam. São Paulo: Martins Fontes, 2002.